



CONGRESSO NACIONAL

Senado Federal
Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas
Recebido em ____/____/20____, às ____
Hermes / Matr.. 17775

MPV - 452

00009

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 03/02/2009	proposição Medida Provisória nº 452/08
--------------------	---

Deputado <i>Claudio Cayado - DEM</i>	Nº do prontuário
--------------------------------------	------------------

1 Supressiva	2. substitutiva	3. X modificativa	4. aditiva	5. Substitutivo global
--------------	-----------------	-------------------	------------	------------------------

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se nova redação ao §2º do art. 4º da Lei 11.887/2008, modificado pelo art. 1º da MP 452.

Art. 1º

"Art. 4º

§ 2º Fica a União autorizada a emitir, a valor de mercado, sob a forma de colocação direta em favor do FSB, títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal, **no montante cujo saldo não supere 5% (cinco por cento) do total dos recursos do Fundo Soberano definido pela Lei n.º 11.887/2008.**"

Justificativa

Recentemente, a opinião pública foi esclarecida sobre as condições econômicas que devem preceder a criação de um Fundo Soberano, como o criado pela Lei n.º 11.887/08. Essas condições são, essencialmente, a existência de superávit fiscal nominal e um excedente de divisas estrangeiras formado por um superávit crônico no Balanço de Pagamentos, que ameace a competitividade da economia nacional por conta da valorização cambial.

Não faz sentido, portanto, endividar o governo federal para financiar projetos estratégicos que o setor privado não financiaria, em decorrência da baixa atratividade desses projetos. Investimentos desta natureza, estratégicos, devem ser financiados por recursos orçamentários, votados no Congresso.

Desta forma, o ideal seria elidir o inciso IV do art. 4º da Lei 11 887/08. Na impossibilidade política, deve-se minorar o erro, mediante a imposição de um limite ao endividamento em favor do FSB que não supere a 5% do total dos recursos do fundo. Se não for assim, há o risco de o total dos haveres do fundo vir a ser composto, exclusivamente, por títulos de dívida pública federal.

PARLAMENTAR

Claudio Cayado

